

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/14060	21080/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Autorização para assunção de compromissos plurianuais pela Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M.		
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando que:

- a) Nos termos da alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, entende-se por "*compromissos plurianuais*" aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.
- b) Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da referida Lei n.º 8/2012 (LCPA) que a assunção de compromissos plurianuais por entidades da Administração Local está sujeita a **autorização prévia da Assembleia Municipal**.
- c) A **Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM**, enquanto empresa local de natureza municipal, integra o universo de entidades da Administração Local, carecendo, portanto, de autorização da Assembleia Municipal para assumir compromissos plurianuais.
- d) O Município de Braga detém, integralmente, a Faz Cultura, sendo esta regida pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação atual.
- e) A autorização prévia da Assembleia Municipal pode ser conferida em momento contemporâneo ou após aprovação das Grandes Opções do Plano, nos termos do artigo 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
- f) A relação entre o Município de Braga e a Faz Cultura é regulada por contratos-programa e contratos de aquisição/prestação de serviços, necessários ao desenvolvimento da atividade da empresa municipal.
- g) Para cumprimento das suas atribuições e execução dos contratos em vigor, a Faz Cultura necessita de celebrar contratos de aquisição de bens e serviços, incluindo contratos com natureza plurianual.



h) A empresa municipal necessita de contratar a aquisição de serviços de organização, nomeadamente a direção e a respetiva implementação, da segunda edição do Festival SQUARE.

i) A aquisição em causa está sujeito às regras próprias de contratação pública, nos termos do estabelecido Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto#Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

j) O compromisso plurianual apresenta o seguinte escalonamento:

Ano Económico	Valor (s/ IVA)
2026	200.000 €
2027	97.000 €
Total	297.000 €

k) O compromisso em causa encontra-se adequadamente enquadrado e previsto nos instrumentos de gestão previsional da empresa municipal.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Proponho:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga a assunção dos compromissos plurianuais acima identificados, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Informação

Considerando que:

I. Enquadramento:

A. Entende-se por “Compromissos plurianuais” os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido conforme refere a alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA).

B. Dispõe a alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da LCPA que “a assunção de compromissos plurianuais (...) está sujeita a autorização prévia (...) da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local”.

C. Assim, de acordo com o citado preceito e, uma vez que a Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M., enquanto empresa local de natureza municipal, se subsume no universo de “entidades da administração local”, a assunção de compromissos plurianuais por parte desta carece de autorização prévia da Assembleia Municipal.

D. O Município de Braga detém, integralmente, a Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M. que se rege pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

E. A autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais do Município de Braga pode ser conferida em momento contemporâneo ou após a aprovação das Grandes Opções do Plano (n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho).

F. O Município de Braga e a Faz Cultura regulam a sua relação e respetivas atividades através da celebração de contratos-programa e contratos de aquisição/prestação de serviços.

G. Para a concretização do seu escopo, e em execução dos contratos que estejam em vigor, a Faz Cultura tem a necessidade de efetuar a locação ou aquisição de bem móveis, aquisição de serviços, bem como a contratação de empreitadas de obras públicas, para poder desenvolver as suas atividades e compromissos que podem ter efeitos económicos e financeiros durante um ano ou em mais do que um ano.



II. Natureza plurianual dos compromissos

H. A Faz Cultura irá necessitar de celebrar um contrato de prestação de serviços que tem natureza plurianual, originado despesa em mais do que um ano e, por isso, compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

I. Trata-se da aquisição de serviços de organização, nomeadamente a direção e respetiva implementação, da segunda edição do Festival SQUARE, para que se realiza em janeiro de 2027. No caso em apreço está em causa a celebração de um contrato ao abrigo da contratação excluída prevista no artigo 6º-A do CCP,

J. Importa referir que, nos termos do artigo 47.º do CCP, o preço base do procedimento será de 297.000€ o que, tendo em conta o preço base, o procedimento a adotar será tendo em conta que o objeto do contrato engloba uma aquisição de serviços específicos referidos no Anexo IX e o valor do contrato não ultrapassa os limiares previstos na alínea d) do n.º 3 do artigo 474.º, caso em que se aplica o disposto dos artigos 250.º-A a 250.º-C., aprovado pelo do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro), na sua redação atual.

K. Square – Mapping the Atlantic é um festival de música que celebra a música independente proveniente dos quatro continentes banhados pelo Atlântico, que visa contribuir para um ecossistema mais diverso e representativo do sector. Este festival integrou a programação da Braga 25 – Capital Portuguesa da Cultura, tendo sido selecionado como um dos projetos de legado da Capital (CPC). Em janeiro de 2027 realizar-se-á a segunda edição do Festival Square, seguindo o mesmo formato de colaboração com os três municípios da edição de 2025 (Barcelos, Famalicão e Guimarães), ao qual acrescerá a cooperação com Viana do Castelo. Com um programa orientado para o público geral e outro para profissionais, Square não é um festival comum, já que cada artista selecionado receberá um local único para se apresentar.

Objetivos delineados do Festival:

- Promover a troca de conhecimentos entre profissionais do setor musical;
- Estimular a circulação de bandas e projetos emergentes nos territórios banhados pelo Atlântico;
- Procurar capacitar os profissionais do sector da cidade trazendo novas oportunidades aos agentes, espaços e artistas do território;
- Posicionar o Square e Braga no mapa mundial de festivais profissionais, garantindo uma programação de acesso ao público geral que é acessível e de grande pertinência no panorama da programação musical contemporânea

L. O Festival será organizado e programado maioritariamente em 2026, ano em que serão realizadas as seguintes ações:



**FAZ CULTURA
EMPRESA
MUN. DE CULTURA
DE BRAGA (EM)**

- Estabelecimento de parcerias institucionais e com entidades locais, nacionais e internacionais;
- Abertura de convocatórias;
- Organização de assembleias de auscultação nas cidades;
- Divulgação da programação do festival, de forma faseada, a ser implementado no início de 2027

Este compromisso plurianual terá o seguinte escalonamento: no ano de 2026 prevê-se o valor de 200.000€, para o ano de 2027 o valor de 97.000€. (ao qual acresce o IVA em vigor).

M. Este compromisso está devidamente enquadrado e suportado nos Instrumentos de Gestão Previsional da empresa municipal com projeção plurianual.

N. Assim, nos termos a alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA), cabe à Assembleia Municipal a autorização relativa à assunção de compromissos plurianuais pelas entidades da administração local, categoria na qual se integra a Faz Cultura.

